

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT11.035

# ACOLHIMENTO DE ALUNOS DEFICIENTES EM ESCOLAS REGULARES: REAL INCLUSÃO DENTRO DE VÁRIOS DECÊNIOS

Fátima Fidelis Pantaleão<sup>1</sup>  
Vivianne Sousa<sup>2</sup>

## RESUMO

Numa realidade sobre a inclusão escolar almejada a vários dez anos, criar expectativas para o próximo decênio se torna uma incógnita, já que se fala de uma perfeita inclusão escolar de alunos com alguma diversidade ou especificidade relacionadas às características físicas, psicológicas, sociais e intelectuais, como já se falava a muito tempo e ainda não a alcançou. O acolhimento dos alunos deficientes e com algum transtorno de aprendizagem continua precisando ser melhorado e bem estruturado, mesmo já sendo vistas algumas melhorias nesta esfera da Educação, pois, apesar de se falar em inclusão escolar a muito tempo, até o presente momento existem inúmeros professores despreparados, escolas com infraestrutura inadequada e que não dão suporte de atendimento especializado, dentre outras problemáticas encontradas em relação à temática, no dia a dia das escolas. Para melhor compreender esta realidade educacional no Brasil, este estudo foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica, que utilizou de artigos acadêmicos e científicos com credibilidade teórica, respeitando conhecimentos e reflexões já existentes sobre o caminho da inclusão escolar no país. Por meio das informações coletadas, é possível observar certa melhoria no processo de inclusão escolar, porém, se pensada em relação ao longo tempo que se fala sobre este tipo de inclusão e sobre sua importância, a evolução é pequena, pois ainda é frequente encontrar escolas com déficits no atendimento a alunos deficientes, independente de qual necessidade eles tenham e de

1 Mestranda do Curso de Educação da Ivy Enber Christian University, [fatimapantaleao2010@gmail.com](mailto:fatimapantaleao2010@gmail.com);

2 Doutora pelo Curso de Educação da Ivy Enber Christian University, [tutoravivianne@enberuniversity.com](mailto:tutoravivianne@enberuniversity.com);

suas especificidades. Isso faz entender que é preciso aprofundar as reflexões sobre a temática e buscar alternativas mais tangíveis para que a inclusão escolar deixe de ser uma ideia documentada e se torne uma realidade.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar, Déficits escolares, Pequena melhoria, Reflexões necessárias, Realidade.

## 1 INTRODUÇÃO

Quando se fala de inclusão escolar, muitas reflexões surgem, pois, como afirmam Baptista et al. (2023), a deficiência é um desafio que precisa ser acolhido, com o intuito de se construir algo novo, envolvendo todos, como sociedade e escola.

Essa ideia é o pilar da inclusão escolar, pois, acredita-se que é preciso superar as barreiras que o diagnóstico impõe às pessoas que possuem alguma especificidade (BAPTISTA et al., 2023). Dentro desta perspectiva, não se pode limitar os recursos e as estratégias.

Tais conceitos e ideias vem de longa data; desde quando iniciou a conceituação a caracterização da inclusão escolar, entendendo a necessidade de, como relatam Baptista et al. (2023), inovar e inventar estratégias que possibilitam maior aquisição das habilidades propostas nas ações pedagógicas, por parte dos alunos deficientes. “A inovação é uma iniciativa importante, [...] pois inovar significa identificar um problema e procurar resolvê-lo” (BAPTISTA et al., 2023, p.1).

De acordo com Pagni (2019), em 2018, completou-se dez anos da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), com o propósito de criar políticas públicas que possibilitassem a inclusão de alunos deficientes em escolas regulares, bem como de materializar os esforços de inclusão, num âmbito nacional.

Atualmente, como também foi relatado por Pagni (2019), o que se vê é a ampliação de matrículas de alunos atípicos (termo atual), que garantam o acesso destes alunos em escolas regulares e à continuidade de sua escolarização. Currículos escolares foram adaptados, bem como a infraestrutura da escola. São, pois ainda são incrementadas formações de professores para atuar com os alunos que precisam de algum tipo de suporte mais específico e ações que estimulem a participação da família e da comunidade escolar, neste intento.

Entretanto, muitos desafios foram e são encontrados durante tantos decênios definidos para com essa inclusão. Se pensar-se em relação aos primeiros dez anos, muita evolução se deu, em relação à infraestrutura escolar; às políticas públicas; às leis e ações brasileiras; e as atuações escolares inclusivas. Se pensar-se num decênio retroativo atual, muitas ações foram consideradas inadequadas, como a inclusão de alunos com níveis elevados de especificidade; despreparo real dos professores, sendo que muitos se especializaram em

Educação Especial e não se sentem preparados e capacitados para atender alunos atípicos. Entendeu-se, com isso, que são muitos os desafios correlacionados ao efetivo acesso e permanência destes alunos, no âmbito escolar, de acordo com Pagni (2019), que já observava esse desafio.

Ainda, conforme dispõe Pagni (2019, p.2), existem desafios que proporcionem “condições de igualdade no acesso aos saberes e práticas em circulação, de acessibilidade aos meios para deles se apropriar e de dignidade nas relações de sociabilidade produzidas” na escola.

Com isso, este estudo tem como objetivo aprofundar as reflexões sobre a inclusão escolar dentro de vários decênios correlacionados à temática, bem como buscar alternativas mais tangíveis para que a inclusão escolar deixe de ser uma ideia documentada e se torne uma realidade.

## 2 METODOLOGIA

Para melhor compreender a realidade da inclusão escola, no Brasil, este estudo foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando artigos acadêmicos e científicos com credibilidade teórica, respeitando conhecimentos e reflexões já existentes sobre o caminho da inclusão escolar, no país, sem deixar de se posicionar perante tal situação.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação se fala sobre a escola inclusiva, referenciando iniciativas que propunham uma reforma no sistema educacional brasileiro. Com isso, às crianças e aos jovens que apresentavam alguma especificidade, se deu a garantia a matrícula nas escolas públicas regulares, conforme relatam Mendes e Vilaronga (2023).

Entretanto, não vinha a garantia da permanência e do sucesso educacional destes alunos, na escola (MENDES; VILARONGA, 2023), mesmo porque foi algo definido e não estruturado à realidade que as escolas enfrentam, apesar de políticas públicas bem elaboradas.

O direito à educação, somente é possível se a escola comum conseguisse responder às necessidades educacionais diferenciadas desses alunos, uma vez que a igualdade de condições, nesse caso, não significa equiparação de oportunidades para acessar o

conhecimento produzido e acumulado pela cultura (MENDES; VILARONGA, 2023, p.2).

Mendes e Vilaronga (2023) dizem que, dentro desta prerrogativa e a partir nesta nova, iniciou-se políticas de inclusão escolar, que demandou de mais pesquisas sobre a temática, pois foi observada a necessidade de produzir conhecimento sobre como preparar a escola de forma que acolha os alunos com necessidades diferenciadas, garantindo-lhes um real desenvolvimento educacional.

No Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001 *apud* PAGNI, 2019), os objetivos correlacionados às políticas públicas têm relação com a ideia de ampliar o sentido transversal da educação especial, numa visão que vai desde a educação infantil até a superior; de adaptar os currículos e o atendimento educacional especializado, para que seja possível garantir a continuidade da escolarização de pessoas com deficiência em níveis de ensino cada vez mais elevados; de capacitar professores para que eles consigam atuar com alunos deficientes, nas escolas regulares e, quando necessário, nos atendimentos especializados; de promover acessibilidade urbanista e arquitetônica a esses alunos, bem como mobiliários e equipamentos que facilitem o desenvolvimento pedagógico e social deles; e possibilitar acesso às famílias e à comunidade escolar, para que elas participem de todo processo de inclusão escolar dos alunos que necessitam de um acolhimento e atendimento mais específico.

Muitos desafios são percebidos, até hoje, neste processo de inclusão escolar de alunos que necessitam de atendimento educacional e social específicos, como condições de igualdade no acesso aos saberes e práticas, por parte deles, no que diz respeito ao desenvolvimento escolar, para que eles consigam de apropriar dos direitos fundamentais que se relacionam à educação de qualidade e a dignidade nas relações sociais produzidas pela escola (PAGNI, 2019).

Com base na realidade apresentada no último decênio de inclusão escolar, ainda há muito por se fazer, indo de encontro com o pensamento de Pagni (2019), de anos atrás, que percebe que as práticas e saberes circulantes nas escolas, bem como as formações dos professores das escolas regulares e a participação familiar ainda deixam a desejar. Muitos profissionais se aperfeiçoam para atender e acolher esses alunos, porém, eles se tornam especialistas na educação especial e acabam por atendê-los como especialistas e não como professores regulares. É preciso que estes últimos professores referenciados estejam capacitados ou,

pelo menos, com boas intenções e abertos para adversidades, para acolher os alunos deficientes, o que pouco se vê no dia a dia da escola.

Em relação a este problema, pensou-se e busca-se, atualmente, meios de capacitar os professores já no momento de seu estudo universitário, segundo Mendes (2023), com o objetivo de evitar a necessidade de formações continuadas permanentes, pois enquanto esta formação não acontece, o professor enfrenta vários desafios frente ao acolhimento, cada dia maior, de alunos deficientes, em suas salas de aula.

De acordo com Mendes e Vilaronga (2023), alguns estudos mostram que além desta necessidade, é perceptível que os professores não devem trabalhar sozinhos com esses alunos, necessitando de apoio multifuncional, caminhando para um mesmo objetivo, que tem relação com o melhor desenvolvimento educacional e social de alunos deficientes. Talvez essa ideia seja uma relevante base para uma melhor inclusão escolar destes alunos, pois é preciso encontrar estratégias mais tangíveis para acolhe-los da melhor forma possível, possibilitando uma real aprendizagem e socialização deles.

Conforme relatam Mendes e Vilaronga (2023), algumas estratégias já são recomendadas, como garantir a formação permanente dos profissionais envolvidos, bem como valorizá-los; oferecer informações que quebrem mitos e preconceitos; e estabelecer sistemas de colaboração e/ou cooperação, para criar ou fortalecer redes de apoio, utilizando de modelos bem-sucedidos no atender à diversidade e já eram reconhecidos como estratégias poderosas para que aconteça a real inclusão escolar. No entanto, o que se vê no dia a dia, é uma realidade que precisa buscar mais estratégias que realmente consigam incluir os alunos deficientes em sala de aula, mesmo que já é vista uma certa inclusão escolar, pois o caminho é longo e existem muitas barreiras que limitam esse progresso, como o entendimento dos professores da sala em utilizar destas estratégias em seu cotidiano, pois acreditam que elas precisam ser utilizadas, apenas, pelos professores de educação especial, já que eles são especialistas em atender esses alunos, mesmo, em alguns casos, tendo feito a especialização em educação especial, pois, para eles, este “curso” foi feito para aumentar sua pontuação em concursos e em cargos efetivos. Fica aqui, explícito, que não é a maioria dos professores que age desta forma, mas, infelizmente, são vários encontrados, ainda, atualmente.

Com seu estudo, Mendes e Vilaronga (2023) dispõem que:

Na escola comum, os alunos do público-alvo da Educação Especial têm cumprido uma jornada de cerca de 30 horas semanais numa sala de aula que nada lhes oferece a não ser a possibilidade de estar junto aos colegas, e devem ainda receber, em média, duas horas de atendimento educacional especializado que nunca consegue suprir suas necessidades educacionais (MENDES; VILARONGA, 2023, p.6).

Tal informação faz entender que ainda é preciso muito para se ver uma real inclusão escolar, mesmo já tendo grande avanço nesta temática. Segundo Mendes e Vilaronga (2023), para o sucesso da inclusão escolar, precisa-se de maiores investimentos e reais execuções de políticas públicas correlacionadas, além do compromisso de diversos grupos, como governo, políticos, família, pesquisadores, professores e a comunidade escolar, para que cada um assume seu papel e responsabilidade na concretização dos princípios inclusivos. No entanto, nesta prerrogativa, os desafios da inclusão recaem, principalmente, sobre o professor de sala, que, acostumado a trabalhar sozinho, recebe um aluno que demanda de atendimento especial e se depara com a falta de suporte, apoio, segurança e condições de trabalhar na escolarização de qualidade com seus alunos, o que reflete num real processo de inclusão escolar dos alunos deficientes.

### 3.1 O PROFESSOR E A INCLUSÃO ESCOLAR

A figura do professor, no processo de ensino e aprendizado de alunos deficientes, sublinha uma insuficiente inclusão, pois, conforme relatam Schwanaberger e Grinberg (2022), ele enfrenta um trágico destino de impossibilidades que garantem o processo de inclusão. Ele vive uma batalha diária, buscando incluir grupos de alunos com especificidades, para que não terminem sendo um fracasso pessoal e individual.

Para Collet e Grinberg (2022 *apud* SCHWANABERGER; GRINBERG, 2022), os objetivos, propostas e promessas que sustentam uma vida em comum, ou seja, a inclusão, está longe de acontecer, de verdade, decorrente das desigualdades presentes no dia a dia, outro fator que dificuldade a inclusão escolar, pois, para “considerar” um aluno deficiente, existe um processo longo, que demanda de tempo e recursos, o que, em alguns casos, por falta dos dois, dificulta seu aprendizado, já que não tem suas especificidades atendidas, por não serem bem definidas.

De acordo com Mendes e Vilaronga (2023), considerando as dificuldades na melhoria das oportunidades educacionais dos alunos deficientes, nas salas de aula regular e entendendo a necessidade de avançar no conhecimento sobre as alternativas mais eficazes que preparam os professores para oferecer um sistema inclusivo, ainda é visto o incomodo em relação ao aluno que demanda de acolhimento mais especificado, pois há a necessidade de mudanças gerais na escola e na sala de aula e isso torna-se um problema que incomoda a todos.

Precisa-se de bons conhecimentos acerca da inclusão, por parte dos professores da sala regular, para aproximar o trabalho horizontal de todos os alunos, sem deixar de adaptar-se à realidade de sua sala e de seus alunos. Para se colocar em prática os princípios da educação inclusiva, Mendes e Vilaronga (2023) declaram que o conhecimento e as habilidades para tal têm relação com uma boa prática de ensino que inclua a avaliação das necessidades especiais e com a adaptação do conteúdo curricular, utilizando de procedimentos de ensino, para possibilitar maior variedade de habilidades.

Para Schwanaberger e Grinberg (2022), no campo da deficiência, a capacitação, que vem como complemento às mudanças, pois possibilitaria essas adaptações, tornando-as reais no dia a dia da escola, acaba por produzir lógicas excludentes e segregadoras. Tal entendimento pode vir da ideia de que quando o professor se capacita para atender alunos deficientes, ele acaba por se excluir da sala de aula regular e trabalha diretamente com eles; ou de que ele não consegue adaptar suas ações de forma que atendam a todos, pois são expostas informações apenas sobre os alunos deficientes e não se coloca as intervenções correlacionadas à aprendizagem de todos os alunos, tanto atípicos, quanto típicos, o que geraria uma real inclusão.

Mesmo com todas essas adversidades encontradas no caminho da inclusão, no que diz respeito ao professor de sala regular; e que existe um limite entre o ideal e o que de fato ele pode realizar dentro da sala de aula, para com os alunos atípicos, ele é muito importante neste processo e sua formação contínua é muito relevante e deve ter a devida atenção, mesmo porque ele que detecta os ajustes que devem ser feitos no ambiente escolar e, com isso, precisa de condições satisfatórias para desenvolver de forma adequada a aprendizagem de seus alunos (MENDES; VILARONGA, 2023).

O que se entende é que o professor de precisa do apoio da família, da comunidade escolar e, principalmente, do professor de educação especial, pois, como falam Mendes e Vilaronga (2023), ele vai demandar deste apoio, para que



consiga construir práticas inclusivas em sua sala de aula. Este entendimento já é percebido há vários decênios e continua neste atual, o que faz compreender que ainda há muito o que se fazer para a inclusão escolar alcançar o que está no documento que a materializa.

### 3.2 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR

Em relação ao professor de educação especial, a Resolução 02/2001 (BRASIL, 2001 *apud* MENDES; VILARONGA, 2023), dispõe sobre os serviços de apoio pedagógico especializado que devem ser realizados nas salas regulares, prevendo a atuação colaborativa de professores especializado em educação especial, entretanto, não especifica como essa parceria colaborativa pode acontecer, somente dizendo que os professores regulares e especialistas devem trabalhar em equipe.

Nesta mesma resolução (BRASIL, 2001 *apud* MENDES; VILARONGA, 2023), o professor de educação especial é descrito como aquele que desenvolveu competências para identificar as necessidades educacionais especiais dos alunos, bem como de implementar, liderar e apoiar as estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas para que as ações sejam adaptadas para atender os alunos atípicos, além de trabalhar em equipe, assistindo o professor regular nas práticas necessárias à promoção da inclusão destes alunos. Entretanto, dentre esses decênios relacionados a inclusão escolar, esta disposição, na realidade, gerou conflitos entre os professores regulares e os especialistas, pois os primeiros acreditam que os segundos não têm o direito de interferir no seu trabalho e somente podem auxiliar, por meio de estratégias e ações realizadas fora da sala de aula, no processo de aprendizagem de seu aluno atípico. Assim, o que seria uma equipe, deixou de ser, trabalhando, os especialistas, mais as aprendizagens relacionadas à coordenação motora, à socialização e às atividades de vida diária, deixando de utilizar de estratégias para aprendizagem pedagógica deste aluno, ficando por conta do professor regular, que não tem capacitação suficiente para adaptar as atividades de forma adequada.

No que diz respeito à formação dos professores especialistas, estes se intitulam como tal a partir de se graduar em cursos de licenciatura em educação especial ou por meio de pós-graduação em área específica (MENDES; VILARONGA, 2023). Além deste tipo de formação, é necessária capacitação

contínua, mesmo porque as especificidades dos alunos estão em constante análise e aprofundamento, sendo reconhecidas a cada estudo a respeito e demandando de novas estratégias.

As atribuições do professor especialista em educação especial é articular ações com os professores da sala de aula, definindo, juntos, o planejamento, as avaliações e as estratégias pedagógicas que vão de encontro com o currículo escolar e a aprendizagem de todos os alunos, deficientes ou não (MENDES; VILARONGA, 2023).

De acordo com Silva e Carvalho (2017), o planejamento é muito importante, pois, para realizá-lo, é preciso compreender o processo de inclusão escolar, o que facilita estabelecer estratégias e recursos que devem ser utilizados a ponto que os alunos deficientes sejam realmente incluídos escolarmente.

É importante que os professores e profissionais da educação especial discutam e reflitam sobre a prática pedagógica e as situações do cotidiano escolar, para se orientarem mais especificamente sobre as ações a serem realizadas com os alunos que necessitam de uma ação mais específica (SILVA; CARVALHO, 2017).

### 3.3 ESCOLA, FAMÍLIA E INCLUSÃO ESCOLAR

De acordo com Mendes e Vilaronga (2023), todos os profissionais que fazem parte da escola e do sistema de ensino, incluindo a gestão administrativa, devem estar incluídos e conhecerem os princípios da inclusão escolar, bem como estar de acordo em colocá-los em prática, pois, se isso não acontecer, é inevitável o fracasso de escolarização dos alunos deficientes, destruindo a pirâmide escolar destes alunos.

Dentro do universo escolar, o papel dos diretores e coordenadores como articuladores para o desenvolvimento de uma comunidade colaborativa na escola é muito importante, pois são eles que proverão os recursos para a formação continuada dos profissionais e recursos componentes necessários ao coensino, como o tamanho da sala de aula, o horário dos especialistas, o número de professores de Educação Especial necessário para atendimento em sala, a adequação do tempo de trabalho para realização do planejamento comum (MENDES; VILARONGA, 2023, p.13).

As ações da escola têm relação com toda a estada do aluno deficiente na escola; vai desde o momento que ele entra, até o momento que ele sai, incluindo

o momento dele utilizar o banheiro e beber água, se alimentar, no intervalo, dentre outras ações. Dentre os profissionais que atenderão a criança, neste momento, há os paraprofissionais de apoio, que são os auxiliares de vida escolar, também conhecidos como cuidadores, auxiliares, profissionais de apoio, dentre outros, conforme relatam Mendes e Vilaronga (2023). Eles acolhem os alunos deficientes com a supervisão dos professores das salas de aula e são treinados para isso.

Em relação à família, Silva e Carvalho (2017) deixam claro que, como primeiro grupo social em que a criança deficiente está inserida, ela é a responsável pelas tomadas de decisão em relação à participação de seus filhos nas atividades propostas pelos professores. De acordo com Fiorini e Manzini (2014 *apud* SILVA; CARVALHO, 2017), algumas famílias acabam por atrapalhar o processo de inclusão escolar das crianças atípicas, pois não aceitam a deficiência destas crianças e, com isso, não aceitam que elas participem de atividades diferenciadas destinadas à ajuda-las no desenvolvimento educacional e social.

Este problema ainda é corriqueiro no dia a dia da escola, mas em menor proporção, pois, com as informações mais expostas sobre as especificidades encontradas, atualmente, nas crianças que estão sendo inseridas nas escolas, desde a educação infantil, muitos pais já estão percebendo a necessidade de entender seus filhos e suas especificidades. Tal avanço vem de encontro com a necessidade de um trabalho conjunto entre família e escola, pois, conforme relatam Silva e Carvalho (2017), a atitude familiar interfere no êxito da inclusão escolar, sendo determinantes as crenças parentais, neste processo, ou seja, o sucesso da inclusão escolar demanda o crédito da comunidade em relação à competência das escolas em atender as especificidades de todos os alunos.

Como apoio à inclusão escolar, é importante citar a participação de alguns profissionais que podem agir dentro e fora da escola e que são de grande relevância, segundo Mendes e Vilaronga (2023), para que a inclusão seja real, sendo eles, o psicólogo escolar, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, dentre outros, dependendo da especificidade do aluno. Esta equipe multidisciplinar é muito importante no processo de inclusão escolar do aluno deficiente, pois auxilia a escola e todos os envolvidos no tratar desse aluno, numa visão muito ampla. Em algumas escolas, a participação desta equipe está a cada dia mais presente, mas ainda há um caminho longo para que ela seja garantida efetivamente, já que os governantes tem correlação com essas ações e, com a rotatividade, muitas ações mudam, às vezes, para melhor e às vezes, para pior.

### 3.4 REAL INCLUSÃO ESCOLAR DENTRO DE VÁRIOS DECÊNIOS

De acordo com Faria e Camargo (2018 *apud* FÁRIA; CAMARGO, 2024), a temática da inclusão escolar, no cenário brasileiro, cresce continuamente, principalmente, em relação à formação de professores, pois, é apontado o problema nesta vertente e professores capacitados é fator fundamental à efetiva inclusão escolar.

Uma problemática dentro desta ideia de capacitação, já que se entende a necessidade de haver uma formação contínua a todos, professores regulares e de educação especial, tem relação com os aspectos emocionais destes profissionais, pois, conforme relatam Faria e Camargo (2024), a preocupação volta-se aos aspectos didáticos e metodológicos e esquece-se de como professor está se sentindo perante a necessária e obrigatória inclusão escolar de alunos atípicos.

Esta preocupação deve ser exaltada, pois, atualmente, com todo processo de inclusão escolar crescendo e se modificando, na busca de encontrar um método mais eficiente e eficaz de inclusão, o professor e suas emoções são deixados de lado, o que interfere de maneira gritante no trato deste professor para com seus alunos que demandam de atenção e acolhimento mais especificados. Segundo Schutz et al. (2007 *apud* FÁRIA; CAMARGO, 2024), as emoções vividas pelos professores afetam seu senso de identidade.

Dentro destes decênios de inclusão escolar, tema que gera embates no ambiente escolar, utiliza-se de políticas públicas para acontecer, numa visão coletiva, que, para Orrú (2019 *apud* FÁRIA; CAMARGO, 2024), impede a criação e a reinvenção de novos caminhos, por parte dos professores, já que, precisam seguir algumas regras que engessam suas ações, como trabalhar a parte social dos alunos atípicos e, com frequência, o que é visto é tirar estes alunos da sala, pois eles precisam realizar algumas atividades extraclasse. No entanto, muito se fala desta problemática, mas uma pior tem relação com a vontade do professor de que tire esses alunos da sala de aula, pois ele não se sente preparado para atendê-los ou nem tentam procurar formas para isso, mesmo tendo o apoio disponível de professores e profissionais especializados no atendimento destes alunos, que se prontificam a ajuda-los.

De acordo com Silva e Carvalho (2017), muitos desses profissionais e professores não são capacitados na área da inclusão escolar, bem como não demonstram engajamento filosófico e político para acolher as diretrizes que

direciona à inclusão, pois possuem várias dúvidas conceituais, falta de clareza e questionamentos relevantes sobre a política que fala da inclusão escolar.

Em relação ao PNEEPEI, para Pagni (2019), meio às incertezas políticas que sempre fazem parte das crises institucionais do país, alguns limites sobre a implementação das diretrizes da PNEEPEI devem ser alvos de reflexão, bem como alguns principais desafios políticos de enfrentamento às turbulências de um momento que muito se fala sobre políticas públicas inclusivas, dentre elas, a ideia de que o aluno deficiente é uma ameaça frente à escola e a todos os envolvidos no desenvolvimento social e escolar deste aluno.

Dentro do PNEEPEI, como em todas as políticas públicas voltadas à inclusão escolar, há uma grande preocupação com a significação, com a filtragem e com a restrição da potencialidade subjetiva apresentadas pelos alunos deficientes, pois empreender técnicas acumuladas pela educação especial não é suficiente para se alcançar metas postuladas que se relacionam com a socialização e inclusão escolar destes alunos, por parte dos professores (PAGNI, 2019).

Em parte, esta limitação ocorreu em razão daqueles saberes e técnicas não terem conseguido sensibilizar os professores que atuam nas escolas de educação básica e de tornar inteligíveis suas ações para os dispositivos de inclusão se restringissem às adaptações curriculares, às salas de atendimento especializado e multifuncional, dentre outros (PAGNI, 2019, p.5).

Segundo Pagni (2019), essas limitações fazem perceber, por parte dos professores regulares e os de educação especial que é preciso focar em saberes e técnicas destinados aos alunos deficientes e que, alguns alunos não deficientes, mas que agem de forma semelhante ao deficiente, precisa de tratamento singular e diferenciado, como o outro. Durante vários anos, estas limitações permeiam a inclusão escolar, mas, de certo modo, faz entender que, quando todos se deparam com as especificidades e adversidades de uma sala de aula, é preciso agir com os alunos de forma que sua aprendizagem seja efetiva, sempre colocando em pauta o que demanda cada destas especificidades e adversidades.

É clara a necessidade de que se tenha o conhecimento da política de educação inclusiva, bem como sobre seus determinantes e suas práticas, para que realmente ocorra uma real inclusão escolar e social, garantindo as necessidades dos alunos (SILVA; CARVALHO, 2017).

Sem esse conhecimento, tanto por parte dos governantes e gestores, quanto pelos professores e profissionais que trabalham diretamente com o

aluno deficiente, acolhendo-o, a inclusão escolar não consegue sair do papel e o despreparo de todos, neste envolvimento, segundo Silva e Carvalho (2017), não permite vencer as dificuldades advindas das práticas com esse aluno, o que se torna um problema de transmissão de conhecimento, deixando de existir um saber. É preciso que todos tenham a consciência da necessidade de se unir e buscar melhorar a qualidade do acolhimento dos alunos atípicos.

O despreparo citado não vem somente da falha da formação dos envolvidos, mas também das especificidades da educação especial, que geram, certas vezes, o sentimento de angústia e medo nestes profissionais, em especial, nos professores, que se veem como incapazes de transmitir conhecimento aos alunos atípicos, não efetivando o efetivo aprendizado destes (SILVEIRA et al., 2012 *apud* SILVA; CARVALHO, 2017). Com isso, é preciso melhorar a formação destes profissionais envolvidos, para que eles se sintam capazes de incluir escolarmente seus alunos deficientes, conforme relatam Castro e Almeida (2014 *apud* SILVA; CARVALHO, 2017).

Pensando, ainda, em decênios, a realidade da inclusão escolar é melhor que outrora; as ações foram acompanhando as necessidades e flexibilidades que o assunto demanda, porém, no dia a dia, as novas intervenções, como o trabalho entre os professores regulares e os de educação especial, em conjunto, não são, por completo, reais, pois ainda transparece a separação na ação destes dois pontos cruciais no desenvolvimento do aluno deficiente, devendo eles acolherem juntamente esse aluno, para que a aprendizagem seja complementar e vinculada, utilizando de estratégias diferenciadas, pelas duas partes. Para Silva e Carvalho (2017), é preciso compreender a importância de acolher cada aluno, atípico ou não, com base em suas necessidades e capacidades, para que, desta forma, se torne possível identificar quais as adaptações e estratégias deverão ser utilizadas para que todos os alunos aprendam, por meio de aulas ministradas que atendam suas necessidades, respeitando suas especificidades, bem como de estruturar a escola para que isso aconteça, pois a escola tem que ser acessível a ele.

Para isso, é preciso, além de conhecer a deficiência do aluno, deve-se conhecer, também, sua personalidade, vontades, desejos, para propor atividades que sejam adequadas às suas capacidades e necessidades, bem como aos seus interesses. “A falta deste conhecimento pessoal e físico do aluno pode gerar dúvidas sobre a real capacidade de aprendizado do aluno”, bem como pode gerar, nos professores e demais profissionais, um questionamento sobre

a possibilidade de ensino deste, impactando no término do desenvolvimento de suas potencialidades (SANTOS; MARTINS, 2015 *apud* SILVA; CARVALHO, 2017).

Ainda é vista a classificação de alunos normais e deficientes no cotidiano da escola, não como meio de análise para planejar atividades, mas para diferenciar alunos. Para Mantoan (2006 *apud* SIL CARVALHO, 2017), é necessário desconstruir essa visão e agir de uma forma mais subjetiva e afetiva, para criar um ambiente de aprendizagem mais adequado e que efetive a inclusão escolar almejada.

É preciso mudar as atitudes; reconhecer os limites dos conceitos, dos procedimentos e das técnicas, porém se apropriar da ideia de experimentar e subjetivar o processo de inclusão escolar e rever as estratégias dos campos dos saberes e das técnicas que legitimam este processo, bem como suas ações, tal como exposto e desenvolvido por longas décadas de inclusão escolar, conforme relata Pagni (2019), devendo continuar a se desenvolver por outros próximos decênios, sempre se atualizando e se adaptando às especificidades encontradas atualmente e que virão.

Então, o que precisa ser melhorado? Além do que já foi falado, segundo Silva e Carvalho (2017), é preciso maior apoio, por parte das instituições, aumentando o oferecimento da política de inclusão escolar, para que ela seja cumprida, possibilitando maiores capacitações aos professores, para que eles se sintam capazes de atuar com os alunos deficientes, acolhendo-os e ensinando-os da melhor forma possível, bem como tenham quantidade suficiente e eficaz de recursos e estratégias que auxiliam no processo de inclusão e permanência destes alunos, na escola e compreendam a política de educação especial (SILVA; CARVALHO, 2017).

As emoções dos professores perante a inclusão escolar têm uma variação entre angústia, desamparo, aflição, impotência e esperança, amor, além de frustração, insegurança, tristeza e sentir-se mal, de acordo com Faria e Camargo (2024), pois a inclusão escolar está caminhando em passos lentos, mesmo sendo real, ainda precisa de muitas adaptações e tomadas de consciência, pois, estes sentimentos estão correlacionados a professores que sabem que precisam de ajuda, mas, ainda, são encontrados professores que não dão a devida importância à inclusão escolar. O que se vê, atualmente, não são só professores regulares que se sentem incapazes e despreparados para acolher e trabalhar com alunos atípicos, mas sim professores que não buscam e não aceitam a ajuda de outros

profissionais especializados neste acolhimento, pois acreditam que não precisam ou que não devem ter alunos com especificidades em suas salas de aula. É um pensamento antiquado, que precisa deixar de existir, pois a cada dia aumenta-se a quantidade de alunos que demandam de alguma especificidade em seu processo de aprendizagem e ser incluídos escolarmente.

São vários os desafios que ainda permeiam a inclusão escolar, mas é preciso voltar-se mais a realidade que as escolas enfrentam, do que a ideias fundamentadas cientificamente, apenas, pois o cotidiano das instituições escolares, perante o acolhimento de alunos deficientes, é mais difícil do que se vê na literatura; várias estratégias propostas não deram certo; várias mudanças já foram necessárias e outras já estão sendo, mesmo porque as especificidades das crianças também estão em constante mudança. Entretanto, tem um porém, tanto a escola, quanto os professores e profissionais que atendem e acolhem estes alunos deficientes precisam buscar estratégias para possibilitar uma adequada inclusão escolar e permitir uma aprendizagem, por parte destes alunos, pois, não adianta colocar a culpa no sistema educacional e nos intentos governamentais e não fazer sua parte, já que é um trabalho conjunto, em prol dos alunos atípicos que elas atendem. Como relatam Silva e Carvalho (2017), mesmo com tantos desafios, só uma escola que oferece abordagem de conteúdos e das relações sociais de qualidade tem a capacidade de promover o pleno desenvolvimento humano de todos, inclusive dos alunos deficientes, e de dar condições de liberdade e dignidade para estes, respeitando e valorizando as diferenças entre os seres humanos.

## CONCLUSÃO

Com base nas informações adquiridas com a pesquisa bibliográfica que fundamenta este estudo, foi possível observar que ainda, apesar de muita evolução em vários âmbitos da inclusão escolar, ainda há muito o que caminhar. Algumas dificuldades ainda permeiam este processo, como a falta de capacitação adequada de todos os professores envolvidos, em especial, os professores regulares, tendo como motivos, tanto a ideia de que o professor já se acha capacitado e não precisa acompanhar as mudanças constantes que se referem aos alunos e suas especificidades, quanto a ideia de que não de responsabilidade dele trabalhar o aluno e isso faz só com que este aluno esteja presente na sala, sem evolução nenhuma de seu desenvolvimento, já que só cabe ao professor



de educação especial ensinar “algo” para ele, pois ele “não consegue aprender nada”. Esses entendimentos são comuns dentro das escolas.

Em relação à estruturação escolar, muito se vê nas escolas, entretanto, algumas mudanças precisam ser feitas, com o intuito de tornar a instituição mais acessível a todos os alunos.

As emoções dos professores também devem ser alvo da preocupação de quem coordena as ações a serem realizadas com os alunos deficientes, pois, muitos demonstram sentimentos bons, mas a maioria se sente frustrado por não acolher seus alunos com a eficiência que é cobrada, tanto de seus superiores, quanto de si mesmo. Esse entendimento alivia e ameniza o déficit existente, ainda, no processo de inclusão escolar, pois se vê que os professores estão começando a se preocupar com a real situação de suas salas de aula e das necessidades de cada um de seus alunos, atípicos ou não.

Fala-se muito de intervenções e estratégias para se incluir e acolher os alunos deficientes, inclusive, com respaldo legal, porém, ainda precisa-se rever alguns conceitos, em especial, os correlacionados com a capacitação dos professores, que continua encontrando barreiras e falta informações mais tangíveis; e com o trabalho em conjunto, entre professores regulares e da educação especial, que é muito raro de ser visto, já que eles acabam não trabalhando as mesmas habilidades e competências, deixando de focar na aprendizagem comum a todos, como a alfabetização, processo inicial dentro da aprendizagem dos alunos.

Não são só espinhos, muitas situações melhoraram no decorrer destes vários decênios de inclusão escolar, pois, hoje, é comum encontrar alunos com especificidades no cotidiano escolar regular, bem como é visto um trabalho dedicado para incluí-los, tanto no âmbito escolar, quanto social, já que a escola também tem essa função. Somente há a necessidade de algumas reflexões e revisões perante algumas atitudes que acabam retardando um trabalho tão importante, que é a inclusão escolar. Precisa-se utilizar de informações mais tangíveis sobre a temática para criar estratégias e intervenções pertinentes para cada situação.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C.R. **Um diálogo com Andrea Canevaro**. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/BgLnMybkjm5LbJBXgLhKz8c/?format=html&lang=pt#>>. Acesso em: 19 set. 2024.

FARIA, P.M.F.; CAMARGO, D. **Emoções e práticas docentes na inclusão escolar sob a perspectiva histórico-cultural**. 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/BkK6mwnxCQXrRdv3yk35xNB/?lang=pt#>>. Acesso em: 23 set. 2024.

MENDES, E.G.; VILARONGA, C.A.R. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**. 2023. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=FnGxEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT30&dq=Ensino+colaborativo+como+apoio+%C3%A0+inclus%C3%A3o+escolar\\_+Unindo+esfor%C3%A7os+entre+...+-+Enic%C3%A9+Gon%C3%A7alves+Mendes,+Carla+Ariela+Rios+Vilaronga+-+Google+Livros.html&ots=e1oFt5PQbY&sig=LV8vQ-BLxLimEMzBdzqfQ2WZt9E&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=FnGxEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT30&dq=Ensino+colaborativo+como+apoio+%C3%A0+inclus%C3%A3o+escolar_+Unindo+esfor%C3%A7os+entre+...+-+Enic%C3%A9+Gon%C3%A7alves+Mendes,+Carla+Ariela+Rios+Vilaronga+-+Google+Livros.html&ots=e1oFt5PQbY&sig=LV8vQ-BLxLimEMzBdzqfQ2WZt9E&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 20 set. 2024.

PAGNI, P.A. **Dez anos da PNEEPEI: uma análise pela perspectiva da biopolítica**. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/fDkYKgTgq8y5fqz-WP9YyJ3b/#>>. Acesso em: 19 set. 2024.

SCHWANABERGER, C.M.; GRINBERG, S. **Docente avatar de la in/exclusión**. El Gobierno de sí, autogestión y discursos de odio. 2022. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3131/313169978062/313169978062.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2024.

SILVA, N.C.; CARVALHO, B.G.E. **Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa**. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/5QWT88nTKPL4VMLSGRG7dS-M/?format=html&lang=pt#>>. Acesso em: 20 set. 2024.